

## ALMG recebe segundo Projeto de Lei de iniciativa do Defensor Público-Geral



Página 3

## Defensoria Pública de Minas participa de reunião que elegeu nova diretoria do Condege



Página 4

## DPMG na mídia



A edição do dia 24.06.2016 do MGTV 1ª Edição, mostrou entrevista com o coordenador da área de Saúde da Capital, Bruno Barcala, em que o defensor público falou sobre o atendimento prestado pela Defensoria Pública. Bruno Barcala participou também de entrevista na TV Câmara.

Veja ainda Passos, Ouro Fino e participação no *Via Justiça*

Páginas 16 e 17

## Defensores públicos em Juiz de Fora recebem moção de aplausos



Página 4

SEMANA DA DEFENSORIA PÚBLICA

## Ação social voltada para a população de rua na Capital

No interior, café com assitidos em Montes Claros e educação em direitos no cárcere em Ribeirão das Neves.

Páginas 6 e 9

Defensoria-geral e ADEP reúnem-se paratratar de questões legislativas.

Página 3

## MENSAGEM DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL EM EXERCÍCIO



### *Caros amigos e colegas defensores públicos e servidores,*

*Nesta edição do Boletim estão registrados fatos importantes para nossa Instituição, entre eles, o recebimento, no dia 31 de maio, pelo Plenário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, do segundo projeto de lei de autoria da Defensoria Pública do Estado. O projeto, que recebeu o número PLC 54/2016, altera dispositivos da Lei Complementar 65, de 2003, com a finalidade de adequá-la à realidade institucional, ao texto da Lei Orgânica Nacional (Lei Complementar Federal 80, de 1994) e à iniciativa instituída pela Emenda Constitucional Federal 80, de 2014.*

*Esta edição traz também o complemento das comemorações da V Semana da Defensoria Pública, como nossa participação na Ação Cívico-Social voltada para a população em situação de rua, organizada pela PMMG, edições do Projeto “Sala de Espera” e os eventos realizados em unidades do interior, como Santos Dumont e Montes Claros.*

*Outros destaques deste informativo são a ampla participação de defensores públicos em iniciativas e discussões que contribuem para a efetivação da cidadania e da garantia de direitos, como a participação no 1º Encontro das Entidades Parceiras do Setor de Fiscalização de Penas Substitutivas (SEFIPS) e na reunião da Câmara Técnica Estadual de Gestão e Monitoramento do Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres, bem como as*

*audiências públicas: em Pouso Alegre, debate sobre o transporte coletivo; em Belo Horizonte, busca de alternativas para iminente reintegração de posse em ocupações, além de discussão sobre projeto de lei de autoria do Executivo enviado à ALMG, que trata de mudanças administrativas e da situação de servidores socioeducativos.*

*Ressalto, também, o início dos trabalhos do Projeto Educação em Direito no Cárcere, com aulas iniciais para sentenciados custodiados. Desenvolvido em parceria com as unidades prisionais da comarca de Ribeirão das Neves, o projeto tem o desafio de traduzir conceitos jurídicos em uma linguagem que seja acessível aos reeducandos, dialogando com suas experiências e possibilitando que este conhecimento lhes seja útil para a reintegração social. Outra iniciativa notável foi o trabalho conjunto de defensores em atuação na área de Execução Penal, em favor de pessoas com transtorno mental que cumprem medida de segurança no sistema penitenciário, que resultou em encaminhamento ao TJMG de Habeas Corpus Coletivo.*

*Destaco, igualmente, as palestras proferidas por colegas defensores públicos no presídio José Martinho Drumond, em Ribeirão das Neves, e na Universidade Salgado Oliveira, na Capital, entre outras.*

*No âmbito das relações interinstitucionais, ressalto a participação em reunião no Colégio dos Defensores Públicos-Gerais, que elegeu a nova diretoria do Colegiado.*

*Confira também a posse de defensor público como acadêmico de Academia de Letras Jurídicas, assim como a moção de Aplausos concedida pela Câmara Municipal de Juiz de Fora aos defensores públicos em atuação na comarca.*

*Acompanhe, ainda, informações sobre a expansão do Processo Judicial Eletrônico em comarcas de entrância especial, bem como o Aviso nº 3 da Comissão Eleitoral para a composição da lista tríplice para Defensor Público Geral – biênio 2016/2018.*

*Boa leitura a todos!*

**Wagner Geraldo Ramalho Lima**  
Defensor público-geral em exercício



# Recebimento do segundo Projeto de Lei de iniciativa do Defensor Público-Geral

A Defensoria Pública-Geral informa que o segundo Projeto de Lei de iniciativa do Defensor Público-Geral de Minas Gerais foi lido e recebido formalmente no Plenário da Assembleia Legislativa do Estado de Mi-

nas Gerais dia 31.05.2016, tendo recebido o número PLC 54/2016.

[Clique aqui para ter acesso ao PLC](#)

Foto: Guilherme Dardanhan /ALMG



Reunião ordinária no Plenário da ALMG

## Defensoria-geral e ADEP reúnem-se para tratar de questões legislativas

Na tarde do dia 01.06.2016, o presidente da Associação dos Defensores Públicos de Minas Gerais, Eduardo Generoso, acompanhado dos diretores Guilherme Rocha, Bruno Canola e Flávio Wandek, compareceu à Defensoria-Geral para tratar de questões legislativas afetas à Instituição. Participaram do encontro o Defensor Público-Geral em exer-

cício, Wagner Ramalho e os assessores institucionais Gério Patrocínio, João Paulo Torres e Nikolas Katopodis.

No encontro, foram discutidas questões relacionadas aos Projetos de Lei Complementar recentemente encaminhados pela Defensoria-Geral à Assembleia Legislativa de Minas Gerais (PLC 51 e PLC 54/2016)

## Ato da Comissão Eleitoral para a composição da lista tríplice para Defensor Público Geral – biênio 2016/2018

Por meio do Aviso nº 3, a Comissão Eleitoral para Eleição do Defensor Público-Geral biênio 2016/2018 comunica os nomes dos candidatos inscritos para concorrer à eleição.

O prazo para apresentar eventuais impugnações às inscrições se encerrará às 18 horas do dia 02.06.2016, data em que a Comissão voltará a se reunir.

### Candidatos inscritos, na ordem de inscrição:

Christiane Neves Procópio Malard – Madep 0547;

Fernando Campelo Martelleto – Madep 0503;

Felipe Augusto Cardoso Soledade – Madep 0167;

Galeno Gomes Siqueira – Madep 0246

[Clique aqui para ler o Aviso nº 3](#)





## DPMG presente em reunião que elegeu nova diretoria do Condege

O defensor público-geral em exercício, Wagner Geraldo Ramalho Lima, foi representado pelo assessor Institucional, defensor público Nikolas S. Macedo Katopodis, na reunião do Colégio Nacional dos Defensores Público-Gerais (Condege) realizada no dia 24 de maio, na Residência Oficial do governador do Distrito Federal.

Durante o encontro, foram debatidas diversas questões e, extraordinariamente, eleita a nova diretoria do Colegiado. O defensor público-geral do DF, Ricardo Batista, foi eleito, por unanimidade dos votos, como novo presidente do Condege.

A chapa eleita para o biênio 2016/2017 é composta ainda pelo defensor público-geral do Estado de Rondônia, Marcus Edson de Lima (vice-presidente); de Pernambuco, Manoel Jerônimo de Melo Neto (secretário-geral); e, do Amazonas, Rafael Barbosa (secretário adjunto).

Durante a reunião também foram tratadas questões sobre os direitos das mulheres, com a coordenadora da Comissão da Mulher de São Paulo, Ana Paula Oliveira. Também foi apresentada a atuação das ouvidorias pela ouvidora-geral, Núbia Fernandes.



O assessor Institucional, defensor público Nikolas S. Macedo Katopodis (3º, a partir da dir.) representou a DPMG no Condege

### Projeto “Sala de Espera – Oficinas de Cidadania”

## Diferenças entre traficante e usuário de drogas

O projeto “Sala de Espera – Oficinas de cidadania” apresentou, no dia 24.05.2016, a palestra “A lei e a política de drogas no Brasil: Diferenças entre usuário e traficante para fins penais”, ministrada pelo defensor público Romulo Luis Veloso de Carvalho, em atuação na comarca de Betim.

Romulo Carvalho traçou as diferenças entre usuário e traficante, de acordo com o Código Penal, e as penas, a que estão sujeitos os acusados em cada uma das práticas. A palestra teve cunho informativo, além de esclarecimentos sobre penas, tipos de crime, po-

líticas públicas de enfrentamento do tráfico, necessidade do aprofundamento do debate público em torno do tráfico de drogas e mudanças na legislação que trata do assunto.

Romulo Carvalho chamou a atenção dos assistidos para situações do cotidiano que merecem mais reflexão e atenção da sociedade no combate ao tráfico de drogas, incluindo as discussões sobre a regulamentação, a prevenção e as políticas sociais capazes de inibir o tráfico.

*continua >>*



SALA DE ESPERA – OFICINAS DE CIDADANIA | continuação

**Diferenças entre traficante e usuário de drogas**

Tema abordado pelo defensor público Romulo Luis Veloso de Carvalho despertou a participação dos assistidos e debate

## Construções irregulares e obtenção de “habite-se”

Com o tema “Construções Irregulares e Obtenção de Habite-se”, a defensora pública Marina Buck Carvalho Sampaio realizou mais uma edição do Projeto “Sala de Espera – Oficinas de Cidadania”, no dia 31.05.2016. A defensora pública explicou que geralmente o problema começa com a denúncia na prefeitura feita por algum vizinho incomodado com a obra, seja uma garagem, segundo andar, varanda, e outras. Com a denúncia, um fiscal vai verificar o local e, ao constatar que não há licença para a construção, emite um auto de infração.

Para se obter a licença é necessário, entre outras exigências, o projeto de um engenheiro, croquis da obra e o registro do imóvel. Marina Buck informou

que se a construção estiver invadindo um pedaço de área pública, como passeio ou rua, o fiscal, além de emitir o laudo de infração, aplicará multa, em Belo Horizonte, de cerca de 6 mil reais. Se o morador não interromper a obra e demoli-la, as multas vão se multiplicando a cada reincidência.

Marina Buck ressaltou que a Defensoria Pública tem trabalhado a cultura da prevenção com os assistidos, uma vez que é difícil contratar os serviços de um engenheiro para obtenção do alvará de construção. Recomendou a todos os assistidos presentes que, antes de iniciarem qualquer construção, compareçam à Prefeitura de Belo Horizonte e solicitem o fornecimento de engenharia gratuita.



Defensora pública, Marina Buck (à esquerda), acompanhada pela defensora Eliane Medeiros, que está à frente do Projeto “Sala de Espera”



## Comemorações da Semana da Defensoria Pública

# DPMG participa de ação social voltada para a população de rua na Capital

A Defensoria Pública participou no domingo, dia 22.05.2016, de 8h às 13h, da Ação Cívico Social (Aciso) organizada pela 6ª Companhia do 1º BPM Polícia Militar, voltada para a população de rua. O atendimento foi realizado na praça Rio Branco, no Centro da Capital. As principais demandas foram nas áreas de Família, Criminal e Execução Penal.

Participaram do evento os defensores públicos Júnia Roman Carvalho, Luciana Vieira, Marcos Lourenço Capanema de Almeida, Giovani Batista Manzo, Irma Luzia de Paiva Reis, Mariana Ladeira Vieira e Marina Fátima Romualdo Chaves, e a psicóloga Luciana Raquel Azevedo Gama, do Núcleo Psicossocial

da Defensoria Pública, em Belo Horizonte.

Para a defensora pública Júnia Roman Carvalho, em atuação na Defensoria de Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais, “o evento oferece a possibilidade de se chegar até as pessoas em situação de rua, fornecendo orientações gerais, encaminhamento para a DPMG ou outros estados e demandas que, de outra forma, não teriam como desenvolver”.

A defensora pública Luciana Vieira, por sua vez, destacou a oportunidade do trabalho junto a uma parcela da população com demandas específicas, ressaltando que a população de rua procura os serviços da Defensoria Pública.



As principais demandas da população de rua foram nas áreas de Família, Criminal e Execução Penal

## NO INTERIOR

# Defensoria Pública promove café com assistidos em Montes Claros

A Defensoria Pública de Montes Claros promoveu, dia 23.05.2016, em sua sede, o “Café com Assistidos”, em comemoração ao Dia Nacional do Defensor Público, com a participação de assistidos, defensores públicos, servidores e autoridades mu-

nicipais. O encontro fortaleceu a relação defensor e assistido.

- **A Defensoria Pública será homenageada pela Câmara Municipal de Montes Claros, no próximo dia 9 de junho.**



COMEMORAÇÕES DA SEMANA DA DEFENSORIA PÚBLICA | continuação

**Defensoria Pública promove café com assistidos em Montes Claros**

Evento reuniu assistidos, defensores públicos, servidores e autoridades municipais na comemoração do Dia Nacional do Defensor Público

## Execução Penal de Ribeirão das Neves promove curso de Educação em Direitos no Cárcere

Defensores públicos de Ribeirão das Neves, em atuação na Execução Penal, deram início aos trabalhos do projeto “Educação em Direitos no Cárcere”, no dia 19.05.2016, com as aulas inaugurais para sentenciados custodiados na penitenciária José Maria Alkmin e no presídio Inspetor José Martinho Drummond. O projeto é desenvolvido em parceria com as unidades prisionais da comarca.

O lançamento do projeto integrou as comemorações relativas à Semana da Defensoria Pública. O

tema Execução Penal foi levado aos alunos da escola da penitenciária José Maria Alkmin pelos defensores públicos Paulo Henrique Drummond Monteiro, Marcella Moraes Pereira das Neves e Luis Felipe Rocha Mascarenhas. Foram abordados temas jurídicos de interesse dos reeducandos, como soma e unificação de penas, progressão de regime, remição, impedimento, reincidência, livramento condicional, regime disciplinar, indulto e comutação, entre outros.

*continua >>*



Os defensores públicos, Luis Felipe Rocha Mascarenhas e Marcella Moraes Pereira das Neves, durante apresentação do projeto Educação em Direitos no Cárcere para reeducandos da penitenciária José Maria Alkmin

COMEMORAÇÕES DA SEMANA DA DEFENSORIA PÚBLICA | continuação

**Execução Penal de Ribeirão das Neves promove curso de Educação em Direitos no Cárcere**

Os defensores públicos, Henrique Matheus Mariani Sossai e Emmanuel Botelho Calili, em palestra no presídio Inspetor José Martinho Drumond

O objetivo do curso é possibilitar aos sentenciados a compreensão sobre seus direitos e deveres no curso do cumprimento da pena, além de esclarecer quais são as funções institucionais da Defensoria Pública. O desafio do trabalho é conseguir traduzir conceitos jurídicos em uma linguagem que seja acessível aos reeducandos, dialogando com suas experiências e possibilitando que este conhecimento lhes seja útil na caminhada à reintegração social.

De acordo com o defensor público, Paulo Henrique Drummond Monteiro, “é de conhecimento geral que a Defensoria Pública tem como função institucional a promoção dos direitos humanos e a educação em direitos. Por essa razão, é imperiosa a nossa presença constante nas unidades prisionais para esclarecer as dúvidas dos sentenciados. A ideia de um curso de edu-

cação em direitos surgiu não apenas da necessidade de cumprimento desse nosso dever de ofício, mas também da necessidade de nos aproximarmos dos nossos assistidos, por meio da transmissão do conhecimento jurídico em larga escala. Em Ribeirão das Neves, estão custodiados aproximadamente oito mil sentenciados, que carregam consigo dúvidas e inquietações sobre seus direitos e suas obrigações no âmbito do sistema prisional”, ressaltou o defensor público.

Para a defensora pública Marcella Moraes Pereira das Neves, “a implementação do Projeto de Educação em direitos no cárcere é de fundamental importância, na medida em que conscientiza os sentenciados acerca de seus direitos básicos durante a execução da pena, contribuindo para o fortalecimento da cidadania de quem está privado de liberdade”.



O defensor público Paulo Henrique Drummond Monteiro em palestra para reeducandos da penitenciária José Maria Alkmin

COMEMORAÇÕES DA SEMANA DA DEFENSORIA PÚBLICA | continuação

## Defensores públicos ministram palestra no presídio Inspetor José Martinho Drumond

Os defensores públicos Gabriel Morgado da Fonseca e Thomaz Fiterman Tedesco, em atuação na Execução Penal em Ribeirão das Neves, ministraram palestra com o tema “Educação em Direitos”, no dia 19.05.2016, para funcionários e agentes penitenciários do presídio Inspetor José Martinho Drumond, abordando a Defensoria Pública como órgão da exe-

cução penal e suas atividades; o Novo Regulamento Normativo Prisional do Estado de Minas Gerais; comunicados internos de atos de indisciplina e Conselho Disciplinar; e questões de saúde.

A palestra marcou a passagem do Dia Nacional do Defensor Público (19 de maio). Cerca de 30 funcionários e agentes penitenciários participaram do evento.



Cerca de 30 funcionários e agentes prisionais participaram da palestra

### PALESTRAS, MESAS REDONDAS, DEBATES, AUDIÊNCIAS

#### Comportamento alimentar e nutrição especial

O defensor público Carlos Alberto Thomazelli Penha, coordenador local de Passos e da Regional Sudoeste, proferiu a palestra “Implicações Legais, Negligência e Excesso/Falta de Alimentação” durante o I Simpósio Comportamento Alimentar e Nutrição Especial, no dia 6 de maio, na sede da Apae de Passos, com a participação de familiares de alunos e professores da área de saúde, nutrição e psicologia.

#### Mediação de conflitos nas escolas em Santa Luzia

No dia 12 de maio, a defensora pública Francis Coutinho, em atuação na DPDH e coordenadora do projeto Mesc, proferiu palestra sobre mediação de conflitos nas escolas, na Secretaria Municipal de Educação de Santa Luzia.

#### Judicialização da saúde para alunos de direito

O defensor público, Bruno Barcala Reis, coordenador da Defensoria Especializada de Saúde da Capital, participou,

no dia 14 de maio, do V Grupo de Foco do Curso de Direito da Faculdade Pitágoras, em BH, que discutiu o tema “Judicialização da Saúde” com os alunos dos períodos iniciais do curso de Direito.

#### Alienação parental na Semana de Tendências em JF

A coordenadora da Regional Mata I, defensora pública Ana Lúcia Gouveia, participou de mesa redonda sobre alienação parental, juntamente com a psicóloga Fernanda Bhona, no dia 18.05.2016, durante a XXVI Semana de Tendências, promovida pela Faculdade Machado Sobrinho, em Juiz de Fora.

#### Atuação extrajudicial na Universo BH

O defensor público Luis Renato Braga Arêas Pinheiro, titular da 2ª Defensoria de Famílias de Betim, ministrou palestra com o tema “Atuação Extrajudicial e Defensoria Pública”, dia 23.05.2016, na II Semana Transdisciplinar da Universidade Salgado de Oliveira (Universo BH), para estudantes do curso de Direito e Psicologia.

## Eventos

## DPMG presente na abertura da Conferência Estadual da Magistratura e do Ministério Público

O coordenador da área Criminal da Capital, Fernando Luis Camargos Araújo, representou a Defensoria Pública-Geral na abertura da Conferência Estadual de Ciências Penais, Segurança Pública e Probidade Administrativa – Implicações Eleitorais, promovida pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), por meio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, e o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, em parceria com a Unifenas, no dia 12.05.2016, em Araxá.

Na abertura do evento, o procurador-geral de Justiça, Carlos André Mariani Bittencourt, elogiou a escolha do tema, que, segundo ele, reúne questões que deixaram de ser tratadas apenas nos gabinetes e na Academia, transpondo-se para o cotidiano dos cidadãos. Carlos André chamou a atenção para a rapidez com que as informações relativas ao Judiciário chegam hoje à população e para a constante cobran-

ça, cada vez maior, por celeridade na atuação das instituições.

A palestra de abertura da conferência foi proferida pelo procurador regional da República, Douglas Fischer, que abordou “a relevância do direito penal no combate à improbidade administrativa”. Segundo o palestrante, a corrupção não é um problema apenas do Direito Penal ou da improbidade. “Não podemos pensar que com o Direito Penal e com a utilização dos mecanismos da improbidade vamos resolver o problema da corrupção. O Ministério Público e o poder Judiciário precisam também agir preventivamente, desenvolver programas de conscientização de que é preciso cuidar da questão da corrupção, pois temos na sociedade inúmeros pequenos atos de corrupção que podem levar aos grandes atos. Não mudaremos nada se não mudarmos a consciência das pessoas e a nossa consciência, de juízes do caso”, considerou.



A reitora da Unifenas, Maria do Rosário Araújo Velano; a ouvidora do MPMG, Ruth Lies Scholte Carvalho; o presidente do TJMG, Pedro Bittencourt; o procurador geral de Justiça, Carlos André Mariani Bittencourt; o ministro do Superior Tribunal de Justiça, Sebastião Alves dos Reis Júnior; deputado estadual Bosco; e o defensor público Fernando Luis Camargos Araújo



Os defensores públicos Fabio Gandara Bettoni, em atuação em Araxá, e o coordenador Local, Antônio Carlos Moni de Oliveira, durante a palestra de abertura da conferência



O defensor público Antônio Carlos Moni, em atuação na comarca de Araxá; o procurador-geral de Justiça, Carlos André Mariani Bittencourt; o coordenador da área Criminal da Capital, Fernando Luis Camargos Araújo; o ministro do Superior Tribunal de Justiça, Sebastião Alves dos Reis Júnior; e o desembargador Alvaes Cabral da Silva

EVENTOS | continuação

## Defensor público participa de audiência que discutiu situação dos servidores socioeducativos e mudanças administrativas

O defensor público Henrique Vilaça Belo, em atuação na Infância e Juventude em Contagem, participou, dia 19.05.2016, de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais

Foto Raila Melo/ALMG



O defensor público Henrique Vilaça Belo durante a audiência pública da ALMG que debateu a situação dos servidores do sistema socioeducativo e também o PL nº 3.503/16.

(ALMG), que debateu o Projeto de Lei (PL) 3.503/16, do Executivo. O evento, que aconteceu no Espaço Democrático José Aparecido de Oliveira, integra a reforma administrativa enviada à ALMG pelo governador e dispõe sobre a estrutura orgânica da administração pública.

Os servidores do sistema socioeducativo são contrários à aprovação do PL 3.503/16, principalmente seu artigo 107, que muda os cargos da carreira de agente de segurança socioeducativo da Secretaria de Defesa Social (Seds) para a Secretaria de Administração Prisional (Seap). O projeto também prevê que esses servidores possam ser cedidos à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese) e para a Fundação Educacional Caio Martins (Fucam).

Uma comissão formada por deputados, entidades de classe, Ministério Público e governo estadual buscará consenso para atender às demandas dos agentes socioeducativos.

## Defensoria Pública integra reunião na Sedpac que discutiu a violência contra as mulheres

A defensora pública Renata Salazar Botelho, em atuação na Defensoria Especializada no Atendimento à Mulher Vítima de Violência Familiar, participou da reunião da Câmara Técnica Estadual de Gestão e Monitoramento do Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres, realizada dia 19.05.2016, na Secretaria estadual de Direitos Huma-

nos, Participação Social e Cidadania (Sedpac), na Cidade Administrativa.

No encontro, foram tratados temas como assédio moral nas universidades e o projeto Casa da Mulher Brasileira, além de informes sobre as atividades do Comitê de Humanização do Atendimento às Vítimas de Violência Sexual e o seminário para apresentação das Diretrizes do Femicídio, que acontecerá no auditório do TJMG, unidade Raja Gabaglia, em junho.

De acordo com Renata Salazar Botelho “a reunião teve por objetivo a atualização das instituições parceiras acerca das atividades da Secretaria. O momento atual é delicado, instável, a presidência foi substituída em meio à realização das Conferências Nacionais, a pasta das mulheres em nível nacional foi extinta e não houve designação de nova equipe de gestão das políticas públicas para as mulheres em andamento no país. Na esfera estadual se pretende manter o esforço para aplicação do pacto de enfrentamento à violência, apesar da incerteza na vigência dos convênios”.



Defensora pública Renata Salazar Botelho, em atuação na Defensoria Especializada no Atendimento à Mulher Vítima de Violência Familiar

EVENTOS | continuação

## Defensor público participa de audiência pública sobre reintegração de posse na Capital

O defensor público Aylton Rodrigues Magalhães, em atuação na Defensoria Especializada de Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais, participou, dia 19.05.2016, de audiência pública da Comissão de Participação Popular da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), que discutiu alternativas para a iminente reintegração de posse das ocupações Maria Vitória e Maria Guerreira, que somam 120 famílias, no bairro Copacabana, em Belo Horizonte.

Foto Clarissa Barçante/ALMG



O defensor público Aylton Rodrigues Magalhães, durante audiência pública que discutiu reintegração de posse, na ALMG

Até a data marcada para o despejo completa-se o prazo de um ano da distribuição das ações de reintegração e, nesse caso, o novo Código de Processo Civil prevê a mediação. A audiência de mediação pode ser a saída para a questão, na expectativa dos participantes da audiência pública. Aylton Rodrigues Magalhães reforçou que, na data prevista para o despejo, a audiência de mediação já seria obrigatória.

Conforme informa o defensor público, a medida já foi solicitada, mas ainda não houve despacho. “Nosso objetivo é que a reintegração aguarde esse desdobramento”, enfatizou. Ressaltou que o caso das ocupações do Copacabana tem um agravante porque a Prefeitura de Belo Horizonte é a dona dos terrenos e, logo, a autora da ação de reintegração. Mas é também o ente que deveria amparar as famílias removidas. “No caso de uma audiência de mediação, ela seria duplamente convocada. Mas ela assume só o lado de proprietária”, observou.

A audiência da ALMG tratou também da ocupação Novo São Lucas, no bairro de mesmo nome, onde doze famílias instaladas em área privada estão ameaçadas. Nesse caso, porém, a Polícia Militar ainda realiza o planejamento para reintegração, e a data não foi marcada.

## Defensoria Pública participa de audiência que debateu o transporte coletivo em Pouso Alegre

A defensora pública Lucila Delfina Resende de Barros participou, dia 19.05.2016, de audiência pública realizada na Câmara Municipal de Pouso Alegre, que discutiu a proposta do Executivo municipal que regulamenta a fiscalização do transporte coletivo. O Projeto de Lei 768/2016 cria mecanismos para que o poder Executivo possa punir a concessionária do serviço de transporte público, caso a empresa não cumpra as cláusulas contidas no contrato de concessão.

Lucila Resende de Barros, em atuação em Pouso Alegre, destacou “a importância da Defensoria Pública no amparo à população hipossuficiente, que, nas relações de consumo, é a parte mais necessitada e vulnerável”. A defensora pública colocou a Defensoria Pública à disposição dos usuários do transporte público, para auxiliar na solução de eventuais conflitos, que atendam às demandas da sociedade, na busca de um transporte público justo e de qualidade.



A defensora pública Lucila Delfina Resende de Barros, durante os debates na Câmara Municipal de Pouso Alegre

Para o coordenador Regional Sul de Minas, Cristiano Maia Luz, “a participação da Defensoria Pública e a aproximação com o Legislativo municipal são de extrema importância para a busca, com união de esforços, de um objetivo que lhes é comum: a sociedade livre de injustiças”.

## DPMG participa do 1º Encontro das Entidades Parceiras do SEFIPS

O defensor público Rodrigo Zamprogno representou a DPMG no 1º Encontro das Entidades Parceiras do Setor de Fiscalização de Penas Substitutivas (SEFIPS). O evento aconteceu no I Tribunal do Júri do Fórum Lafayette, no dia 25 de maio, e discutiu sobre o funcionamento e o engajamento das entidades. Também estiveram presentes no evento as defensoras em atuação na Vara de Execução Penal, Ana Paula Carvalho Braga e Gláucia Souza Freitas.

O objetivo do encontro foi reforçar os laços entre as entidades e conquistar novas parcerias. Ao todo, são 392 entidades sem fins lucrativos e com diversos equipamentos públicos da rede de educação, saúde, segurança e assistência social.

O SEFIPS faz parte da Vara de Execuções Penais de Belo Horizonte e tem, como finalidade, acompanhar e monitorar a execução da sentença determinada pelo juiz, de acordo com a Lei nº 9.714/98, que determina a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos em benefício daqueles que tiveram aplicada pena de até quatro anos e não

cometeram o crime com violência ou grave ameaça contra a vítima. Para que isso aconteça, é necessário que as varas de Execução Penal estabeleçam parcerias com entidades que aceitem receber essas pessoas que prestarão serviços como forma de cumprimento de pena.

Segundo a defensora pública Ana Paula Carvalho, o encontro veio “coroar o trabalho que o juiz da Vara de Execuções criou em conjunto com Ministério Público e a Defensoria Pública” para implementação das normas do Conselho Nacional de Justiça.

“É importante salientar que cada uma dessas entidades é voltada para um fim”, disse Ana Paula. “Então, nós visitamos todas essas entidades, e de forma criteriosa, escolhemos as melhores para receber um repasse dessas prestações. A implementação foi muito positiva e conseguiu atingir seus objetivos. Vários sentenciados da Vara de Execuções estão sendo beneficiados nessas instituições. Foi uma medida bem acertada e hoje, esse encontro é um brinde a essas parcerias que foram firmadas”, conclui a defensora.



Delegado de polícia do Departamento de Homicídio e Proteção à Pessoa, Anderson França Menezes; representante da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Minas Gerais (OAB-MG), Fábio Piló; juiz auxiliar da 2ª Vice-Presidência do TJMG, Luiz Carlos Rezende e Santos; juiz diretor do Foro de Belo Horizonte, Rui de Almeida Magalhães, representando o corregedor-geral de Justiça; desembargador Hebert Carneiro; juiz da VEP-BH, Marcelo Augusto Lucas; defensor público em atuação na Vara de Execução Penal, Rodrigo Zamprogno; superintendente de Atendimento ao Preso da Secretaria de Estado de Defesa Social, Louise Bernardes Passos Leite

EVENTOS | continuação

## Defensoria Pública participa da abertura do IV Congresso Bienal de Ciências Penais

No dia 30.05.2015, o defensor público-geral em exercício, Wagner Geraldo Ramalho Lima, foi representado pelo coordenador Regional Cível da Capital, Alexandre Tavares Costa, na abertura do IV Congresso Bienal de Ciências Penais. O evento, promovido pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), em parceria com o Instituto de Ciências Penais (ICP), teve como tema “Garantias Individuais e Justiça Criminal”. A ministra do Supremo Tribunal Federal

(STF), Cármen Lúcia, proferiu a conferência magna.

O presidente do TJMG, desembargador Pedro Bittencourt Marcondes, e o advogado e presidente do Instituto de Ciências Penais (ICP), Antônio de Pádua Marchi Junior, fizeram a abertura do congresso, que contou com apresentação do coral da Associação de Proteção e Assistência ao Condenado (Apac) de Nova Lima, e com a presença de diversas autoridades, operadores do direito, acadêmicos e estudantes.

Foto: Marcelo Albert/TJMG



Coordenador Regional Cível da Capital, Alexandre Tavares Costa (3ª posição, à dir.), compõe a mesa de honra da abertura do congresso

### COOPROC | CCAP

COORDENADORIA DE PROJETOS E CONVÊNIOS | COORDENADORIA DE CAPACITAÇÃO

## CCap informa: sorteio para o 22º Seminário Internacional de Ciências Criminais do IBCCRIM

A Defensoria Pública irá sortear cinco vagas para defensores públicos, em atuação na área Criminal ou Execução Penal, interessados em participar do 22º Seminário Internacional de Ciências Criminais do IBCCRIM, que acontecerá entre os dias 23 e 26 de agosto, em São Paulo.

A inscrição para o sorteio deverá ser realizada por meio do e-mail: [sorteioscapitacao@defensoria.mg.gov.br](mailto:sorteioscapitacao@defensoria.mg.gov.br), até o dia 10 de junho, informando nome completo, e-mail e telefone. Para os sorteados, a Defensoria Pública irá arcar com os custos da inscrição, passagem aérea e diária de viagem.

O Seminário Internacional de Ciências Criminais do IBCCRIM é um evento anual, consagrado na área, com o objetivo de difundir conhecimentos interdisciplinares em

matéria criminal e proporcionar discussão de temas relevantes para um público composto por defensores públicos, advogados, promotores de justiça, magistrados, delegados de polícia, sociólogos, psicólogos, assistentes sociais, professores, estudantes e demais profissionais do Direito e áreas correlatas.

O evento concentrará debates de variados e atuais temas das Ciências Criminais com renomados penalistas e criminólogos nacionais e estrangeiros, além de audiência pública e a premiação do tradicional Concurso de Monografias promovido pelo IBCCRIM.

#### Mais informações:

<http://www.ibccrim.org.br/seminario22/apresentacao.php>

## HABEAS CORPUS COLETIVO

# DPMG impetra *habeas corpus* em defesa de pessoas com transtorno mental que cumprem pena em unidades prisionais

*Defensores públicos com atuação na área de Execução Penal desenvolveram trabalho em conjunto em favor de pessoas com transtorno mental que cumprem medida de segurança no sistema penitenciário.*

*Foram colhidos dados em 18 unidades prisionais, nas quais 87 pessoas cumprem medida de segurança em regime fechado quando deveriam estar em tratamento de saúde em hospitais ou em rede de saúde pública.*

O trabalho resultou no encaminhamento de *Habeas Corpus* Coletivo, ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), no dia 18.05.2016, Dia Nacional da Luta Antimanicomial, pelos defensores públicos com atribuição em execução penal, urgência e criminal da Defensoria Pública em Araguari, Vanessa Moreira de Oliveira Rodrigues Alves (processo de nº 0361291-32.2016.8.13.0000); em Almenara e Itaobim, Izabella Nogueira Lopes (processo de nº 0354205-10.2016.8.13.0000), em Três Pontas Alessandro Carvalho (processo nº 0358073-93.2016.8.13.0000); em Uberlândia, Gustavo Humberto Ramos, Evaldo Gonçalves da Cunha e Alessa Pagan Veiga (processo nº 0353348-61.2016.8.13.0000); e em Unaí, Maikon André Oliveira Dias, (processo nº 0359394-66.2016.8.13.0000). O primeiro *Habeas Corpus* Coletivo foi impetrado pelo defensor público Saulo Duette Prattes Gomes Pereira, da Execução Penal de Teófilo Otoni (processo nº 0199980-32.2016.8.13.0000).

Também foram expedidos ofícios a diversos órgãos e instituições, como a Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania; Conselho Penitenciário Estadual; Secretaria de Estado de Saúde; Secretaria de Estado de Defesa Social; Conselho de Criminologia; Projeto Novos Rumos, do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais; e Organização dos Estados Americanos.

Os *Habeas Corpus* Coletivos foram impetrados com base na experiência da Defensoria Pública de Rondônia, que conseguiu a transferência de pacientes de unidades prisionais para hospitais ou unidades de saúde pública – RCD no HC nº 342.966/RO, do STJ.

### Medidas extrajudiciais

Medidas extrajudiciais também foram contempladas, como reuniões com a Secretaria de Estado de Defesa Social, que se comprometeu a apurar, nas 184 unidades prisionais, quantas pessoas efetivamente encontram-se presas, cumprindo medida de segurança. Após, serão realizadas outras reuniões para tentativas de solução dos casos concretos e definição de medidas a longo prazo para evitar novos episódios de medida de segurança em unidade prisional.

Ao comentar o processo em Minas Gerais, a defensora pública Alessa Pagan Veiga, em atuação em Uberlândia, ressaltou que “a pessoa com transtorno mental é sujeito de direitos. O direito à tratamento e à dignidade não são privados em razão da medida de segurança. A manutenção da pessoa com transtorno mental, submetida à medida de segurança, em unidade prisional, é ato não previsto em lei e não resultante da medida legal”. E concluiu: “a prisão de pacientes que cumprem medida de segurança dentro de unidades prisionais superlotadas e sem tratamento médico é ato inegável de tortura”.

## JPe se expande em comarcas de entrância especial

*Mandados de segurança originados nessas comarcas tramitarão eletronicamente a partir de 27 de junho*

A partir de 27 de junho, os mandados de segurança originados de processos físicos ou eletrônicos das comarcas onde já está instalado o Processo Judicial eletrônico da Primeira Instância (PJe) irão tramitar por meio do sistema de Processo Judicial eletrônico da Segunda Instância (JPe). Também passarão a tramitar eletronicamente os mandados de segurança não oriundos de processos já existentes, mas cujo impetrante seja domiciliado na comarca que já possui PJe e cuja autoridade coatora exerça atribuições do poder público do município que integra essa comarca ou do Estado de Minas Gerais.

A obrigatoriedade do peticionamento eletrônico nesses casos está regulamentada pela Portaria Conjunta 507/PR/2016, disponibilizada na edição do Diário do Judiciário eletrônico (DJe) de 25 de maio.

O PJe já foi instalado nas 29 comarcas de entrância especial: Belo Horizonte, Betim, Caratinga, Conselheiro Lafaiete, Contagem, Coronel Fabriciano, Divinópolis, Governador Valadares, Ibirité, Ipatinga, Itabira, Juiz de Fora, Manhuaçu, Montes Claros, Patos de Minas, Pouso Alegre, Poços de Caldas, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Sete Lagoas, São João del-Rei, Teófilo Otoni, Timóteo, Uberaba, Uberlândia, Ubá, Varginha e Vespasiano. Essas são as comarcas com maior distribuição de processos.

Advogados, defensores públicos e procuradores dessas comarcas já utilizam o cadastro no PJe e deverão fazer também o cadastro no JPe. O autoca-

adastro está disponível no Portal do TJMG e exige que o usuário possua um certificado digital (CNPJ) no padrão ICP Brasil válido, mesma exigência do cadastro no PJe.

Muitos advogados das comarcas de entrância especial já possuem cadastro nos dois sistemas, pois os agravos de instrumento (recursos de decisões interlocutórias) de processos que tramitam no PJe já são interpostos por meio do JPe. Esses recursos representam hoje o maior volume de processos que tramitam eletronicamente na Segunda Instância.

### Peticionamento obrigatório

Também a partir de 27 de junho, passarão a tramitar por meio do JPe as ações diretas de inconstitucionalidade, as ações declaratórias de constitucionalidade, os habeas data, os mandados de injunção, as suspensões de liminar e as suspensões de execução de sentença.

Desde sua criação, com a entrada em vigor do novo CPC, os incidentes de resolução de demandas repetitivas (IRDR) estão tramitando por meio do JPe. Outros processos originários da Comarca de Belo Horizonte já tramitam eletronicamente na Segunda Instância por meio do JPe. São eles a ação rescisória, o agravo de instrumento criminal, a revisão criminal e os agravos de instrumento cíveis originados de processos físicos ou eletrônicos.

### DPMG na mídia

#### Defensora pública participa do *Via de Justiça* para falar sobre Políticas de Alternativas Penais

A defensora pública, Marcella Moraes Pereira das Neves, em atuação na área de Execução Penal da Defensoria Pública em Ribeirão das Neves, participou de debate no *Via Justiça*, para debater o tema “Políticas de Alternativas Penais”. A entrevista foi ao ar no dia 20 de maio na TV Assembleia (Canal 11, em Belo Horizonte).



## DPMG na mídia

### Defensor público concede entrevista para falar sobre interdição do presídio de Passos

O coordenador da Regional Sudoeste e da Defensoria Pública em Passos, Carlos Alberto Thomazelli Penha, concedeu entrevista para o jornal da EPTV Sul de Minas (2ª edição), dia 11.05.2016, para falar sobre a interdição parcial do presídio de Passos. A matéria também foi divulgada no “Portal Virou Notícia” e no site G1 Sul de Minas.

O pedido de interdição foi feito pela Defensoria Pública em Passos, em parceria com o Ministério Público, alegando superlotação e condições precárias dentro do presídio. O local possui capacidade para 168 presos, mas atualmente conta com 330 detentos. Além da superlotação, a unidade não apresenta condições mínimas de salubridade que garantam o processo de ressocialização com dignidade.

A liminar foi deferida pela Vara das Execuções Criminais, que determinou a transferência dos presos que não possuam familiares no município e nem respondam a processos na comarca, no prazo máximo de 15 dias.



Clique nos links para conferir a reportagem:

[Jornal EPTV Sul de Minas – 2ª edição](#)

[G1 Sul de Minas](#)

[Portal Virou Notícia](#)

### Serviços da Defensoria Especializada de Saúde são tema de entrevista na TV Câmara e no MGTV



A TV Câmara veiculou, no dia 18 de maio, entrevista com o coordenador da Defensoria Especializada de Saúde, Bruno Barcala Reis, e os defensores públicos Camila Ferreira e Rodrigo Delage, em atuação na área da Saúde da Capital. A entrevista abordou convênio assinado pela DPMG com as secretarias municipal e estadual da Saúde, com o objetivo de buscar soluções administrativas para as demandas dos assistidos pela Defensoria Pública na área da saúde.

[Clique aqui para ver a entrevista.](#)

### Ouro Fino – entrevista sobre os 40 anos da Defensoria Pública

O coordenador Local em Ouro Fino, Evandro Luiz dos Santos, foi o entrevistado do programa *Microfone Aberto*, da rádio Difusora de Ouro Fino, no dia 28.05.2016. Os 40 anos da Defensoria Pública foram o tema do programa.

[Clique aqui para ouvir a entrevista.](#)

### Reportagem no MGTV 1ª Edição

A edição do dia 24.06.2016 do MGTV 1ª Edição, mostrou entrevista com o coordenador da área de Saúde da Capital, Bruno Barcala, em que o defensor público falou sobre o atendimento prestado pela Defensoria Pública.

[Clique aqui para acessar a reportagem.](#)

## Homenagens

# Subdefensor público-geral é homenageado pela Polícia Militar de Minas Gerais

O subdefensor público-geral, Wagner Geraldo Ramalho Lima, foi homenageado pela Diretoria de Meio Ambiente e Trânsito (DMAT) da Polícia Militar de Minas Gerais. A cerimônia de agradecimento aconteceu no dia 19.05.2016, no plenário do Hotel Fazenda Cantos da Siriema, no município de Jaboticatubas.

A homenagem ao subdefensor público-geral, que

recebeu uma placa, destaca “o apoio diante dos valerosos serviços desempenhados em prol do Meio ambiente, do Trânsito, da PMMG e toda a sociedade mineira”.

A solenidade integrou o IX Encontro da Comunidade Operacional de Meio Ambiente e Trânsito, que começou no dia 17 de maio.



O coronel Idzel Fagundes, o subdefensor público-geral, Wagner Geraldo Ramalho de Lima e o comandante geral Polícia Militar, coronel Marco Antônio Badaró Bianchini

O corregedor-geral do MPMG, Paulo Roberto Moreira Cançado, o subdefensor público-geral, Wagner Geraldo Ramalho de Lima, e o assessoria Militar da PMMG, tenente coronel Westerson Guimarães Pinto



# Defensor público é empossado como acadêmico da Academia de Letras Jurídicas de São João del-Rei e Tiradentes

O defensor público, Wilson Hallak Rocha, em atuação na 3ª Defensoria Criminal da Capital, foi empossado, no dia 20 de março, como acadêmico da Academia de Letras Jurídicas de São João del-Rei e Tiradentes.

**Defensor público,  
Wilson Hallak  
Rocha**



HOMENAGENS | continuação

## Defensores públicos em Juiz de Fora recebem moção de aplausos

Os defensores públicos em atuação na comarca de Juiz de Fora, receberam, dia 19.05.2016, Moção de Aplausos, em cerimônia no Plenário da Câmara Municipal de Juiz de Fora, entregue pelo vereador Léo de Oliveira.

A moção de aplauso é concedida a pessoas e entidades que se destacaram na sociedade pelos seus relevantes serviços prestados à Comarca. Receberam a homenagem os defensores públicos Adriana Patrícia Campos Pereira, Ana Lúcia Gouvêa Leite, Ana Paula Távora Neves, Arlindo Leite Neto, Bernardo Gomes de Freitas, Criscel Barros da Costa e Oliveira, Cynthia Cazarim Vieira Braga, Denise Cortes Gustche, Denise Magaldi de Lacerda Resende, Gilmara Andrade dos

Santos Maciel, Hermann Mosqueira F. de Mendonça, landra Fazollo Gomes Pereira, Jeanne Pereira Barbosa, Juarez da Silva Salles Júnior, Lenora Bustamante de Luna Dias, Luciana Ferreira Gagliardi, Luiz Antônio Barroso Rodrigues. Márcio Luiz Vieira Baesso, Maria Aparecida Coelho, Maria Aparecida Rocha de Paiva, Maria Flávia Prado Villar, Maria Luisa Pereira Gomide, Mario Cesar Da Silva Carneiro, Paulo Henrique Nove-lino, Paulo Roberto Velloso, Rachel Tolomelli Campos, Ramon Costa Fonseca, Ricardo Ribeiro Paulino, Ruben Resende Soares de Oliveira. Além deles, a Associação dos Jurados do Tribunal do Júri do município também recebeu a homenagem.



O vereador Léo de Oliveira entregou a moção de aplauso para os defensores públicos da comarca de Juiz de Fora

BOLETIM DA DEFENSORIA-GERAL. Produção: Assessoria Institucional  
Apoio: Assessoria de Comunicação. Diagramação: Comunicação Visual/Ascom



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Unidade I BH – Rua Bernardo Guimarães, 2.640 – Santo Agostinho  
[www.defensoria.mg.def.br](http://www.defensoria.mg.def.br)